

REAL: Colhendo o sucesso de uma taxa de inflação de 6,5% no semestre, a mais baixa desde 1957, Governo planeja o futuro

212 Crescimento sustentado, o próximo desafio do plano

Em seminário sobre o segundo ano do programa de estabilização, o ministro Malan prevê um aumento continuado do PIB

• SÃO PAULO. Após dois anos com inflação sob controle, o Governo quer estimular o crescimento da economia. Ontem, durante seminário sobre o segundo ano do Real, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirmou que o segundo semestre deste ano deve trazer uma interrupção do baixo nível de atividade alcançado até o momento. A previsão para 1997 é de um crescimento de 5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Malan enfatizou que o importante é conseguir que a economia avance de forma sustentável. Ele prevê, como média anual entre 1993 e 1998, um crescimento de 4,5% do PIB. Se a estimativa se confirmar, será bem diferente da política praticada entre 1981 e 1992, quando o aumento da ativi-

dade econômica foi intercalado com sete anos de queda do PIB.

— É fácil acelerar a economia num ano. O desafio é sustentar um crescimento elevado ao longo do tempo — disse o ministro.

O maior trunfo do Governo é a taxa de inflação de 6,5% no primeiro semestre, a mais baixa desde 1957. Para alavancar a economia, o Governo quer aumentar a competitividade das empresas, diminuir as despesas do setor público e estimular investimento, consumo e poupança. A privatização de portos e empresas elétricas e da Rede Ferroviária Federal serve para melhorar a produtividade da economia brasileira.

Dados apresentados durante o seminário pelo ex-presidente do Banco Central Ibrahim Eris mos-

tram que o segundo ano do Real teve um déficit fiscal nominal de 7% do PIB, e a dívida líquida total do setor público subiu de US\$ 150 bilhões para US\$ 220 bilhões desde o início do plano. Mas a situação já melhorou, e a previsão é de um déficit nominal de 5% do PIB, disse Malan. Os juros devem continuar caindo. Eris estima uma taxa de 1,5% para dezembro.

O câmbio está sob controle, segundo os participantes do seminário. Com reservas de US\$ 58 bilhões e investimentos diretos que devem superar US\$ 7 bilhões este ano, um pequeno déficit na balança comercial não ameaça o Real, avaliaram os debatedores. Eris trabalha com um cenário para os próximos 12 meses de déficit na balança entre US\$ 4 bilhões e US\$

5 bilhões, o que tranquiliza o Governo. José Roberto Mendonça de Barros, secretário de Política Econômica, concorda:

— Temos que deixar de lado a discussão do câmbio e aumentar a competitividade das exportações, um dos próximos desafios. Só se pode falar em desvalorizar o câmbio após o ajuste fiscal.

Para Mendonça de Barros, o problema é que plano de estabilização é sempre lento. Em Israel, demorou sete anos. No Chile, mais de dez anos. Aqui, há exemplos — como a privatização das siderúrgicas, a discussão da reforma da Previdência e a transferência para a iniciativa privada da Rede Ferroviária — que vêm se alongando por anos.

Em outro debate, o presidente

do BC, Gustavo Loyola, disse que o Brasil tem uma das taxas de juros mais altas do mundo, e isso não deverá mudar enquanto o Congresso não aprovar as reformas fiscal e tributária. O Governo também não vê razão para mexer no câmbio. Segundo Loyola, a manutenção de uma política monetária apertada é condição para o sucesso do Real, e só pode mudar com “ajustes definitivos”.

— O BC é visto com antipatia por manter o juro alto. Mas o ajuste fiscal não depende apenas do Governo federal.

Loyola fez um balanço positivo do Real. Disse que a balança comercial está estável, com a perspectiva de fechar o ano com superávit. Segundo ele, também não há risco de descontrole do

déficit público, que deve cair de 5% para 2,5% (no conceito operacional) do PIB até dezembro.

Indagado sobre o comportamento do Governo na condução das reformas, o economista Afonso Celso Pastore foi duro:

— Falta empenho do Executivo em articular as reformas. Mas há empenho excessivo em culpar o Congresso.

Loyola e Pastore criticaram o trabalho da empresa americana Standard & Poor's, apontando para o risco de uma crise generalizada no sistema bancário.

— O sistema bancário está numa fase de transição, adaptando-se à queda da inflação. Se não temos uma situação standard, também não temos uma situação poor — brincou Loyola. ■